

## Recrutamento e projeção política: o caso do PMDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1982-2010)

Marconi Severo<sup>1</sup>

**Resumo:** Todo ator político utiliza-se de estratégias e projeções para maximizar seus ganhos, neste caso, vencer as eleições. Este trabalho analisa as projeções políticas utilizadas pelo PMDB gaúcho para manter-se em atividade no Poder Legislativo regional, com foco entre as legislaturas de 1982 a 2010. O PMDB é um partido político que possui cinco décadas de existência, sendo que sua relação com a política brasileira está intrinsecamente relacionada com o próprio processo de redemocratização. Um dos primeiros achados aponta que a principal ambição dos parlamentares peemedebistas na Assembleia Legislativa gaúcha consiste na tentativa de reeleição, ou seja, a projeção estática. Ademais, observa-se a existência de outras projeções (regressiva e progressiva), de fidelidade partidária e, também, de um reflexo positivo em termos de *electoral accountability* entre os parlamentares peemedebistas.

**Palavras-Chave:** Legislativo Gaúcho; PMDB; Projeção Política.

## Recruitment and political projection: the case of the PMDB in the Legislative Assembly of the Rio Grande do Sul (1982-2010)

**Abstract:** Every political actor uses strategies and projections to maximize his gains, in this case, win the elections. This article analyzes the political projections used by the Rio Grande do Sul PMDB to remain active in the regional legislative branch, with a focus between the legislatures from 1982 to 2010. The PMDB is a political party that has five decades of existence, being that his relationship with the Brazilian policy is inextricably linked with the process of re-democratization. One of the first findings indicates that the main ambition of the parliamentarians peemedebistas in the Legislative Assembly Gaúcha is the attempt of reelection, that is to say, the static projection. In addition, there are other projections (regressive and progressive), of party loyalty and, also, of a positive reflection in terms of electoral accountability among the parliamentary peemedebistas.

**Keywords:** Legislative Gaucho; PMDB; Political Projection.

### Introdução

O estudo dos partidos políticos é um ramo da Ciência Política que possui destaque no meio acadêmico brasileiro (Cambraia, 2015; Meneguello, 1998). Nesse sentido, concorda-se que “os partidos políticos são um dos temas mais tradicionais da ciência política” (Lameira; Peres, 2015, p. 3). Entretanto, quando o foco de análise sobre organização político-partidária volta-se para sistemas subnacionais, observa-se a carência de pesquisas. Não obstante, um dos primeiros resultados de Anastasia; Correa & Nunes (2012, p.95), refere-se à falta de pesquisas que envolvam “os sistemas políticos subnacionais”, os quais “têm recebido pouca atenção da ciência política brasileira”.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Evidentemente que não é ambição deste artigo esgotar o assunto, mas sim efetuar uma contribuição acadêmica em uma área ainda pouco explorada, composta pelos entes subnacionais e suas dinâmicas político-partidárias. Ademais, esta situação é ainda mais instigante ao momento em que a literatura menciona, ambigualmente, a importância de se estudar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e a falta de estudos inerentes a esta sigla. Estudar um partido como este, sendo ele o “maior partido brasileiro, tanto em número de lideranças eleitas quanto em bases organizacionais estabelecidas” (Pasquerelli; Bizzarro Neto, 2012, p.4), torna-se algo necessário, ainda mais se considerarmos suas cinco décadas de existência.

Elegemos como foco de análise as projeções **políticas efetuadas** pelos deputados estaduais eleitos pelo PMDB para Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – AL/RS, entre as legislaturas de 1982 e 2010. Delimitamos o início do mapeamento com base na legislatura de 1982, uma vez que as eleições deste ano possuem um caráter inaugural no cenário político brasileiro (Bizzarro Neto, 2013; Lameira & Peres, 2015). O que buscamos responder é: qual a sua projeção política dos parlamentares em relação à legislatura imediatamente posterior? E, dependendo da ambição destes, traçaremos alguns comentários sobre a dinâmica da política gaúcha e do PMDB, em especial.

Estruturamos o artigo em três momentos, subdivididos de acordo com a discussão teórica e empírica. Nesse sentido, o objeto a ser analisado na primeira etapa é o PMDB, de acordo com as suas principais características, formas de atuação bem como apontamentos gerais sobre a sigla. Após discutir-se como a literatura aborda o PMDB, faremos uma análise detida nas estratégias recrutamentos, atuação e projeção política. Por fim e, tomando com base o viés de projeções políticas, analisaremos os dados empíricos sobre os parlamentares peemedebistas estudados.

### **O Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.**

O PMDB, no concernente à democracia brasileira, é um partido político cujas origens remetem diretamente à própria conjuntura do regime democrático (Kinzo, 1988). Suas elites dirigentes mantiveram-se constantes na atuação política, uma vez que o partido não se desfez após a conquista do seu objetivo maior, qual seja a redemocratização do país (Kinzo, 1988, 2001; Madeira, 2006). O PMDB possui três membros que chegaram ao cargo da Presidência da República, curiosamente, todos eleitos como vice-presidente. Para ter-se uma dimensão atual da sigla, apenas no primeiro turno das eleições de 2016, o PMDB venceu em 1.027 municípios, mantendo-se como uma das maiores siglas em nível local. Para o caso do Rio Grande do Sul, o PMDB possui 5 deputados federais, 8 deputados estaduais, 129 prefeitos eleitos em primeiro turno nas eleições de 2016, dos quais 33 foram reeleitos, e 1164 vereadores (PMDB-RS, 2016; TSE, 2016).

Como pode ser observado pela sua expressividade nas urnas, o PMDB seria nas palavras de Pasquarelli & Bizzarro Neto, uma sigla cuja vocação é essencialmente eleitoral. Os autores entendem a vocação eleitoral como a capacidade de eleger seus candidatos, cujo foco maior do partido consiste mais nas eleições do que propriamente a formação de militantes. Essa característica, somada à plataforma política peemedebista, nas palavras de Maciel (2014) seria responsável pela caracterização do PMDB como um “partido do centro do espectro ideológico, não apenas pelo perfil moderado herdado do MDB, mas principalmente pela ausência de um programa político” (Maciel, 2014, p. 5).

Pode-se supor que esta “ausência de um conteúdo programático” recairia na facilidade para a migração partidária ao longo das legislaturas, uma vez que o partido é percebido como neutro, em termos ideológicos (Maciel, 2014). Em contraponto a esta ideia, o estudo de Santos (2001, p.76) sobre lealdades e vínculos partidários, aponta que é justamente no Rio Grande do Sul em que há um dos maiores índices de lealdade partidária, em específico no Poder Legislativo. Este autor sugere que o estudo “dos vínculos

partidários firmados pelos parlamentares ao longo de suas carreiras permite estimar a durabilidade e consistência dos laços de lealdade intrapartidários, bem como a homogeneidade de cada bancada” (Santos, 2001, p.70).

Contrapondo o aspecto nocivo enquanto partido heterogêneo, pesquisas realizadas por Kinzo (2004) sobre a organização e características das forças partidárias após a redemocratização, apontam que mesmo sendo um partido heterogêneo, este fator não chega a ser nocivo à sigla. Isto ocorre, segundo a autora, pelo fato do arranjo político institucional brasileiro favorecer coligações e, conseqüentemente, as votações não dependeriam demasiadamente do conteúdo programático das siglas; logo a heterogeneidade ou, como no caso do PMDB, a regionalização partidária, não constitui em impedimento para formarem-se coalizões.

Nesse sentido, a autora conclui que os “competidores do jogo eleitoral não são os partidos como unidades diferenciadas, mas candidatos e coligações formadas por diversos partidos, não raro de diferentes orientações ideológicas” (Kinzo, 2004, p. 32), o que recairia mais no lado positivo do caráter ideológico do PMDB do que negativamente. Nesse sentido, Tarouco & Madeira (2013) chegaram à conclusão que há uma tendência ao aprimoramento e atualização do conteúdo programático dos partidos brasileiros, comparado ao conteúdo original com o atual estatuto de cada sigla.

Este fator está relacionado com a visão de que os partidos devem adequar o seu discurso segundo as preferências dos eleitores, visando, a obtenção de ganhos eleitorais. Tarouco & Madeira (2013), constataram que “todos os partidos analisados reviram o conteúdo dos seus manifestos de fundação, adotando programas mais compatíveis com o contexto posterior à etapa inicial da transição do regime” (Tarouco; Madeira, 2013, p.161). E fora durante essa “transição negociada”, a qual resultou na redemocratização brasileira (Kinzo, 2004), que o PMDB reformulou algumas de suas diretrizes e conteúdo programático. Para Tarouco & Madeira (2013, p.160), o PMDB de 1981 possuía uma tendência à esquerda muito superior ao PMDB de 1994, onde se aproxima da conjuntura atual, ou seja, do centro ideológico.

Este processo de metamorfose política do PMDB gerou algumas dificuldades em caracterizá-lo de acordo com as tipologias clássicas da área de Ciência Política como, por exemplo, partido de quadros, *catch hall* ou, mais recentemente, de cartel (Bizzarro Neto, 2013; Melo, 2013), não tem dado conta de explicar as especificidades deste partido. Através de analogia, é interessante a crítica de Lameira & Peres (2015, p. 2) ao referirem-se ao PMDB como “ornitorrinco partidário – uma aberração taxonômica”.

Entretanto, mesmo se considerarmos as pesquisas realizadas nos últimos anos, “em se tratando do PMDB, após a reforma de 1979 e sua reorganização, ainda é gritante a escassez de trabalhos” (Lameira; Peres, 2015, p. 13). Decididamente, o período pós-redemocratização refletiu na forma de organização da sigla e, ao mesmo tempo “forjou um novo sistema partidário e inúmeros partidos foram criados” (Melo, 2013, p. 99). Dentre os novos partidos, da antiga da ARENA originou-se o Partido Democrático Social – PDS; enquanto do MDB formou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e o Partido Democrático Trabalhista – PDT, e, por meio de alguns líderes sindicais, como ex-presidente Luiz Inácio da Silva, fundou-se o Partido dos Trabalhadores – PT.

É nesse sentido que as eleições de 1982 tornam-se ímpares no momento em que, por meio da votação direta, elegem-se políticos para os cargos de governadores, deputados federais, senadores, deputados estaduais, prefeitos de importantes cidades e diversos vereadores. Considerando a importância desta data e a projeção política do partido para níveis superiores ao poder local, justificamos a razão de sua escolha como recorte temporal para o início da presente pesquisa, uma vez que, com o retorno das eleições estaduais em 1982, “essa tendência localista” do PMDB, “mudou de nível e os governadores passaram a assumir

o papel de líderes partidários, foco da atuação do partido” (Lameira; Peres, 2015, p. 10-11).

Após este período o PMDB assume uma dinâmica de ascendente influência nacional. Em se tratando de governabilidade política, considerando a importância do Poder Executivo em buscar alianças no Legislativo para viabilizar sua agenda (Meneguello, 1998), o PMDB ganha destaque. Para Meneguello (1998), as relações necessárias à eficiência e praticabilidade da agenda do Poder Executivo podem ser encontradas na constante busca de apoio partidário no Congresso Federal. Taxativamente, a autora afirma que **“os governos necessitam de base partidário-parlamentar para se sustentar”** (Meneguello, 1998, p.166, grifos da autora).

A sua participação nos governos constituídos ao longo de sua existência, com foco no Executivo nacional ocorreu, nas palavras de Maciel (2014), como coadjuvante. Utilizando-se da analogia entre ator principal ou coadjuvante, a autora faz alusão ao fato de que a esta sigla não tenha assumido a presidência da República por vias diretas, mas sim como vice-presidente. Segundo a autora, isso seria uma influência indireta do seu poder, pois mesmo que não seja o ator principal, é o coadjuvante. Para a autora, há dois fatores que explicam a força política do PMDB. O primeiro é a forte base no nível local que o partido possui; segundo, refere-se o às significativas bancadas peemedebistas no Congresso Nacional, ao longo dos últimos anos.

Estes aspectos do PMDB fazem com que o seu apoio político seja imprescindível para a governabilidade no sistema político brasileiro. Nesse sentido, para Maciel (2014) como o PMDB “não apresenta preferências políticas definidas” (2014, p. 4), facilitaria a “barganha política, além de ter grande representação no Congresso, possibilitando a formação de maiorias para a aprovação da agenda legislativa do governo” (Maciel, 2014, p.4), e consequentemente seria coadjuvante por não presidir diretamente o Executivo nacional. Todavia, de uma forma ou de outra, o PMDB não foge à ribalta.

A variável que explicaria esta constância do PMDB no poder político nacional, variando de coadjuvante a ator principal, novamente encontra abrigo em seu posicionamento ideológico de centro, logo, flexível a adaptações e coalizões de apoio (Kinzo, 1988; Pasquarelli; Bizzarro Neto, 2012). Em conformidade com o estudo de Meneguello (1998), apontando para o a importância do apoio político do Legislativo, percebe-se que o PMDB pauta-se por uma lógica comum ao sistema político, pois “ainda que haja diferenças ideológicas entre os partidos, o comportamento legislativo de seus membros orienta-se claramente pelo apoio ou rejeição ao governo nacional instalado” (Pasquarelli; Bizzarro Neto, 2012, p.2).

Observa-se esta conjuntura política organizada de tal forma desde a década de 1990, uma vez que o PMDB deixou de disputar diretamente a presidência da República. Isto faz do partido o líder de um terceiro grupo, especificamente aquele que formaria a coalização dominante e forneceria (ou não) apoio político à sigla detentora do Executivo nacional. Esta é uma lógica que explica a constância da atuação do PMDB na política brasileira.

Nesse sentido, a capacidade que PT e PSDB têm de concentrar em seus candidatos a disputa presidencial e a dificuldade que os demais partidos têm para competir com eles nesse nível da disputa conduziu a tal lógica tripolar, com a peculiaridade de que dois desses polos concentram a disputa eleitoral presidencial e organizam a estrutura de competição, e na qual o terceiro grupo acaba por aliar-se obrigatoriamente a um dos lados da polarização, especificamente ao lado vitorioso (Pasquarelli; Bizzarro Neto, 2012, p.3).

Evidentemente, este terceiro grupo é liderado pelo PMDB. Ademais, como observou Meneguello (1998, 2012), o funcionamento do Legislativo influencia diretamente na agenda política do Executivo. Daí a importância de ter um aliado com influentes bancadas parlamentares, até mesmo por questões de custos de coalizão, em referência ao governo eleito. Não obstante, é mais fácil de manter uma coalizão com um

grande grupo homogêneo do que com variados grupos de apoio heterogêneos. E, de uma forma ou de outra, coadjuvante ou não, o PMDB soube maximizar seus ganhos, se não diretamente pelo Executivo, ao menos pela influência de sua bancada no Congresso.

A sua característica ideológica, pautado pelo centrismo político, é um fator que lhe contribui para manter a constância no cenário político, pois pode inclinar-se tanto à esquerda quanto à direita, ambos sem maiores transtornos. De encontro a esta ideia, Melo (2013, p. 84), aponta que, atualmente, “os partidos são cada vez mais responsáveis para com as funções governativas do que as representativas”. A literatura acadêmica relativa ao PMDB aponta para um consenso no concernente a sua vocação, que seria mais eleitoral ou para o exercício do poder do que propriamente representativa. Nesse sentido, podemos nos questionar sobre o recrutamento e as projeções das lideranças peemedebistas.

### Recrutamento, projeção política e atuação parlamentar

Assim como os demais partidos, o PMDB atua politicamente de acordo com estratégias políticas que visem aumentar seus ganhos políticos. A estratégia a ser utilizada pelos políticos tende a se manifestar de acordo com cálculos racionais, pautados por uma lógica que considera suas reais possibilidades de ganhos ou perdas com uma estratégia “x” ou “y” (Meneguello, 2012). É nesse sentido que estruturam-se as projeções que um candidato faz. Estas, por sua vez, são baseadas na relação entre o cargo a ser disputado e sua real chance de vitória (Anastasia; Correa; Nunes, 2012).

Quando um candidato é eleito, ele adquire benefícios políticos. Estes podem ser traduzidos em termos como experiência parlamentar, fomento de sua imagem e destaque para com as diretrizes do seu partido. Resumidamente, forma-se o capital político. Concordamos que “ao ocupar uma cadeira legislativa, um político consegue atrair para ele e para o seu partido a divulgação e a realização de políticas que fortalecem a sua imagem e a do seu partido” (Melo, 2013, p. 65-66). E, conseqüentemente, cada vez que isso ocorre, há um acréscimo em termos de capital político.

Este mesmo capital pode ser transformado em um veículo para projeções e/ou estratégias coordenadas de acordo com sua posse. Em outras palavras, quanto mais experiência um determinado candidato possuir, maior a tendência de manter uma projeção progressiva (para cargos politicamente superiores em relação ao que ocupa no momento), ou, em determinadas ocasiões, uma projeção estática (reeleição).

Obviamente que aqueles candidatos já eleitos e que desejam novamente se candidatar a outro cargo eletivo, independente da projeção, moldam sua estratégia de acordo com o provável *feedback* de seus eleitores. E é nessa perspectiva que se sobressai uma nova relação entre os eleitores e o candidato: a avaliação deste último pelos primeiros. Este processo pode ser interpretado como “o modelo de voto retrospectivo, também entendido como *electoral accountability*” (Rebello, 2015, p. 71). E é justamente a isso que se refere à responsabilização eleitoral, uma “expressão portuguesa da palavra *electoral accountability*”, ou seja, “é a capacidade de eleitores punirem ou recompensarem os políticos no momento eleitoral” (Rebello, 2015, p. 71).

O que entra em jogo, e que também é capaz de definir qual estratégia a ser tomada, são os indícios presumíveis de *electoral accountability* que o candidato acredita possuir. Quanto melhor for sua imagem entre os eleitores, mais ambiciosa tende a ser sua projeção política. Entretanto, esta avaliação retrospectiva (responsabilização) a ser realizada pelo cidadão, nem sempre é simples, pois exige uma quantidade significativa de tempo e informações relativamente complexas. Por isso, a sua “efetividade depende, em grande parte, das condições de participação, bem como de inteligibilidade da competição eleitoral” (Kinzo, 2004,



p. 24), o que varia enormemente entre uma sociedade e outra.

Em termos de representatividade política, é evidente que a preocupação com o *accountability* não é foco unicamente do candidato, mas também do próprio partido. Este, por sua vez, é o veículo responsável por indicar seus membros a cargos eletivos ou não, sendo ele mesmo um dos principais responsáveis pelo recrutamento e seleção de candidatos (Norris, 2013). O recrutamento interno à sigla é um processo fundamental para organização e apresentação do partido perante a sociedade civil. Por isso, o recrutamento político “é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos” (Norris, 2013, p. 11).

Entretanto, o processo de recrutamento também tende a ser complexo. Em um cenário que muitos são elegíveis e poucos são apresentados ao eleitor, compondo o que Norris (2013) chamou de “dança das cadeiras”, pode-se cogitar que aqueles candidatos que já foram eleitos em pleitos anteriores, possuam vantagem entre seus pares, uma vez considerada a bagagem política individual e seus ganhos para sigla. E, em um sistema eleitoral de lista aberta, como é o caso do Brasil, o processo de recrutamento político torna-se primordial, acentuado ainda mais neste cenário onde “muitos são elegíveis, poucos são indicados e ainda menos são eleitos” (Norris, 2013, p. 12).

Entretanto, acrescentando outro viés nesta até então benigna relação entre a apresentação dos candidatos frente o eleitorado, Ribeiro (2014) aponta para uma reação indiferente e geralmente desconfiada por parte do cidadão, tanto em relação aos candidatos quanto ao partido. Estas atitudes obrigaram os partidos a remodelarem suas estratégias de atuação e permanência política, aliás, um processo já verificado por Tarouco & Madeira (2013). Nessa conjuntura, o partido tende a focar na aposta daqueles candidatos já conhecidos e aceitos pela população, de modo a não causar resistência, por parte dos eleitores, com novos candidatos, (por sua vez, desconhecidos do eleitor).

Obviamente, esta é uma estratégia que visa manter e aumentar, sempre que possível, a influência de determinado partido no cenário em disputa. Tais apontamentos, os quais corroboram com os achados Ribeiro (2014), também foram ressaltados por Rebello (2015), no seu estudo:

Para existir voto expressivo é necessário que existam organizações expressivas, que representem o cidadão. Como esse tipo de legenda é mais incomum atualmente, o eleitor perde a capacidade de votar para ser representado e se volta para o voto instrumental. Dessa forma, o voto se torna cada vez mais uma função de avaliar os mais eficientes governantes (Rebello, 2015, p. 71).

Uma percepção alheia e indiferente ao sistema eleitoral por parte do cidadão tende a prejudicar a participação eleitoral e, conseqüentemente, o *electoral accountability*. Isto faz com que os partidos e candidatos avaliem com cautela o seu *feedback* perante a sociedade civil e, a partir desta avaliação, possam estruturar sua projeção política. Para Ribeiro (2014, p. 124), esta indiferença do cidadão somada aos poucos índices efetivos de participação, faz com que as elites políticas, “frente ao alheamento do eleitorado”, acabem por “se ensimesmam nas máquinas partidárias e estatais”, o que, segundo o autor “potencializa o descrédito perante a sociedade”.

A análise dos dados abordou esta ideia e, pelo menos para o caso do PMDB no parlamento gaúcho, os níveis de *accountability* dos deputados representam ser um dado que certamente é considerado no processo de recrutamento político desta sigla. Isso ocorre pelos indícios significativos de projeções com sucesso, independente da projeção. Essa tendência de “descrédito” que os partidos possuem, conseqüentemente refletindo-lhes em baixos índices de sucesso eleitoral, fora analisada por Ribeiro no pós-1980, ou seja, em plena redemocratização brasileira.

Entretanto, é importante ressaltar um achado do próprio autor, o que justificaria, segundo ele, este comportamento por parte do eleitorado, ou seja, a fraca institucionalização partidária. Segundo Ribeiro, “o partido ingressa no mercado eleitoral e nas arenas representativas antes de consolidar-se como uma organização minimamente autônoma em relação a seu entorno” (Ribeiro, 2014, p. 124). Obviamente que este não é o caso de um partido com cinco décadas de existência, como é o PMDB. A institucionalização deste partido, pelo menos sob o viés subnacional gaúcho, parece estar consolidada.

Para Ribeiro (2014), tomando como base as clássicas classificações de Duverger, o PMDB seria um partido de origem interna, o que também concordamos. Entretanto, para este autor, tomando como lupa de análise a unificação da sigla em nível nacional, o PMDB teria uma fraca identificação nacional, uma vez que as “instâncias nacionais podem constituir principalmente para os partidos mais descentralizados - como o PMDB - o único espaço de acomodação e negociação dos interesses e estratégias muitas vezes conflitantes das elites regionais” (Ribeiro, 2014, p. 143). Pensamos que este comportamento não seja comprometedor para a institucionalização nacional da sigla, especialmente se tomarmos como base o cenário pós-*impeachment* de 2016.

Seguindo por esta linha, podemos dizer que o PMDB gaúcho trata-se de um partido coeso e consolidado, porém como não é o foco deste artigo compará-lo com outros entes subnacionais, não podemos afirmar sua regionalização ou, como recentemente tem nos demonstrado, sua maior unificação nacional, seja um fato empiricamente plausível. Porém, e justamente nesse sentido, concordamos com o autor ao pensarmos que “é mais apropriado falar em elites partidárias do que em uma elite unida, composta por líderes de fisionomia similar e que compartilham interesses” (Ribeiro, 2014, p. 141), ainda que se trate de um mesmo partido.

A regionalização do PMDB é um fato consensual na literatura. Ademais, medidas de identificação e representação com base em critérios ideológicos, já não são suficientes enquanto variável explicativa em termos de *electoral accountability*. É nesse sentido que, para Rebello, as “ideologias partidárias já não são responsáveis pela estruturação do voto como o fizeram em alguns países antigamente” (Rebello, 2015, p. 88). Trata-se, como observado, dos partidos enquanto reflexo da sociedade, hoje altamente pluralizada e dinâmica. Provavelmente essa nova conjuntura política “natural” não possua reflexos nocivos à democracia, uma vez que os partidos tendem a atualizar seu discurso e suas formas de relacionamento (Tarouco; Madeira, 2013), como uma estratégia de manterem-se eleitoral e politicamente competitivos.

Quando o estudo de projeções políticas ocorre em entes subnacionais, partimos de um pressuposto que, após a promulgação da CF de 1988, existem “atribuições e competências iguais” entre os entes, no caso em tela, os estados. Entretanto, como ressalta Anastasia, Correa & Nunes (2012, p. 98) o estudo que visar comparar o Poder Legislativo regional, como é o caso dos autores acima, deve considerar que há uma significativa diferença entre os estados, observável através das “enormes disparidades regionais, socioeconômicas e culturais que caracterizam a sociedade brasileira”.

Analisando o Poder Legislativo regional do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Anastasia, Correa & Nunes (2012, p. 107) constataram que, no caso do parlamento gaúcho ao longo de 1990 a 2002, o PMDB encontra-se entre os 5 maiores partidos. Mesmo que o foco da nossa análise seja exclusivamente no PMDB, o mapeamento das composições da AL/RS ao de 1982 a 2010 colocou, a nosso ver, o PMDB entre as três principais forças partidárias em atuação, constando em diversas ocasiões, com a maior bancada no Legislativo gaúcho. Mas quais são as projeções políticas que a elite peemedebista aposta para manter-se politicamente ativa? Para responder a esta questão, nos pautamos pela mesma classificação de projeção política utilizada por Anastasia, Correa & Nunes (2012). No entanto, é necessário ressaltarmos que, em algumas categorias foram realizadas aprimorações, de acordo com alguns apontamentos que achamos necessários.

Para estes autores, as projeções políticas dividem-se entre projeção estática, regressiva, progressiva ou a saída da vida pública. Obviamente, assim como Norris (2013), Anastasia, Correa & Nunes (2012, p. 112), creem que o recrutamento político ocorre, em primeira instância, entre os próprios deputados. Destarte, devemos mencionar o papel que os dirigentes não eleitos possuem no processo de recrutamento político. Por elites políticas não eleitas, entendem-se como os dirigentes de partidos políticos, os dirigentes de diretórios estaduais e os postos assumidos em outras instâncias não eletivas como, por exemplo, secretarias estaduais, ministérios federais bem como a diretoria de algumas empresas estatais e autarquias (Anastasia; Correa, Nunes, 2012).

É fundamental ao pesquisador levar em consideração a análise desta elite não eletiva, pois muitas carreiras propriamente político-partidárias começam ou terminam nestes mesmos órgãos (Meneguello, 2012). Nas palavras de Anastasia, Correa & Nunes (2012), este tipo de atuação pode ser uma espécie de “trampolim político” para posteriores candidaturas, ou seja, ao assumir um cargo politicamente significativo, este possível candidato adquire influência e popularidade, traduzidas como capital político. É com, base neste mesmo capital que, conforme a sua autopercepção, o candidato definirá a sua projeção política bem como suas estratégias, tanto de campanha quanto de atuação política.

Ao analisar o Poder Legislativo do Ceará, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, os autores constataram que para grande parte dos parlamentares, a ambição estática fora a alternativa mais visada. Por projeção estática entende-se como “a aspiração de conseguir reeleger-se para o mesmo cargo” (Anastasia, Correa & Nunes, 2012, p. 111). A reeleição com sucesso tende, após sucessivos pleitos, a fomentar uma ambição progressiva. Nesse sentido, a projeção progressiva “refere-se à busca de cargos públicos de maior prestígio do que o legislador ocupa, sejam eles eletivos ou não” (idem).

Porém, quando o parlamentar avalia suas probabilidades para o sucesso eleitoral, tomando como base a ambição progressiva e não visualiza possibilidades de êxito, sendo que a mesma situação se aplica para com a projeção estática, este candidato tende a escolher entre duas alternativas: a ambição regressiva ou a saída da vida pública. A sua retirada da vida pública ocorre quando “nenhuma das alternativas anteriores parecer factível ao ator, ou por motivos alheios à dinâmica política” (idem, p. 112).

Entretanto, os autores não consideraram o papel da aposentadoria política, o que pode ocorrer mesmo dentro de uma atuação pública quando, por exemplo, um parlamentar assume como conselheiro no Tribunal de Contas do Estado. Por este motivo, para nossa pesquisa optamos por aprimorar esta projeção da seguinte forma “saída da vida pública e/ou aposentadoria”. Esta opção refere-se, então, à retirada do parlamentar da atuação político-partidária. Comparativamente com as demais projeções e, somado o fato de que o trabalho parlamentar pode ser desenvolvido em idade acima dos padrões para outras profissões, esta projeção política tende a comportar os menores índices de parlamentares.

Outro caso em que aprimoramos uma classificação de projeção política pode ser observado com a ambição regressiva. Para Anastasia, Correa & Nunes (2012, p. 111), esta ambição consiste em “competir por cargos eletivos menos importantes do que o atualmente ocupado pelo ator” ou até mesmo como “um recuo do ator *vis-à-vis* suas ambições anteriores”. Para os autores, aqueles parlamentares que apostam no Poder Executivo municipal, são classificados como exemplos de ambição progressiva, ou seja, ao contrário desta categoria. Entretanto, para a presente pesquisa, optou-se por enquadrar aqueles deputados peemedebistas que apostaram no Executivo local, como projeção regressiva.

O que nos motivou a esta classificação foi o fato de que o nível local é, ainda que no Poder Executivo (salvo para casos de grandes capitais) um *locus* de atuação política inferior à representação em nível regional. Optamos, também, por fazer esta classificação tomando como base a constante relação que há entre os



deputados e as prefeituras, ou seja, os deputados regressam politicamente para o nível local, assumindo no Poder Executivo (maior parte dos casos), entretanto alguns tornam a apostar em uma projeção progressiva, ou seja, voltando para o Poder Legislativo regional. Em uma relação como esta, a projeção que melhor representa casos como estes é a nosso ver, a regressiva.

Considerando importância que o PMDB possui no cenário político e, concomitantemente, a carência de pesquisas sobre dinâmicas político-partidárias em nível subnacional, um estudo de caso no Legislativo regional pode elucidar algumas questões. Dentre elas, estão às projeções utilizadas por estes parlamentares. Passamos, a seguir, para o estudo de caso do PMDB no Legislativo gaúcho.

### **Projeções políticas do PMDB na AL/RS entre as legislaturas de 1982 a 2010.**

Com o intuito de analisar as projeções políticas dos parlamentares peemedebistas, formamos um banco de dados com um total de 106 deputados(as) mapeados entre as legislaturas 1982 e 2010<sup>2</sup>. O total de deputados eleitos pelo PMDB, por legislatura, pode ser percebido na última linha de cada quadro. Neste ínterim, alguns achados devem ser mencionados, em relação à composição das bancadas peemedebistas ao longo do período ora analisado para, em seguida, passarmos à análise por projeção política.

Nesse sentido, podemos observar o decréscimo de deputados eleitos pelo PMDB ao longo das últimas legislaturas. Entretanto, devemos ressaltar que a queda mais acentuada ocorreu entre 1986 e 1990, com um decréscimo dos 27 deputados eleitos em 1986 para um total de apenas 12, em 1990. Após esta legislatura, o partido manteve um nível relativamente estável de peemedebistas eleitos. Este fato atesta uma constância de representação política através da bancada peemedebista na AL/RS.

Quanto ao auge de 27 deputados eleitos em 1986, é importante ressaltarmos que fora neste mesmo período que o PMDB adquiriu notoriedade no cenário nacional, após a conquista da redemocratização, evidenciada com a eleição que culminou em um peemedebista na Presidência da República: Tancredo Neves. Possivelmente esse cenário de abertura política explique o quantitativo de deputados eleitos entre 1982 e 1986. É importante salientar que dado o caráter inaugural que as eleições de 1982 representam para o estudo da política brasileira, pois iniciaram o período de redemocratização, percebemos que a bancada peemedebista eleita neste período antecedeu o auge da redemocratização, no qual refletiu no sucesso do PMDB na legislatura de 1986.

Entretanto, houve uma queda no concernente à legislatura seguinte, em 1990. É possível que a causa desta queda, que vai de encontro aos achados de Lameira & Peres (2015), seja reflexo do inexpressivo desempenho econômico e político do governo Sarney, ex-presidente peemedebista. Outro fator relacionado a esta queda pode ser encontrado no aumento de competidores com potencial político, a destacar as próprias siglas remanescentes da reforma partidária de 1979 (Kinzo, 1988, 2001). Além destes partidos que já se encontravam em atividade política, este mesmo período marca o ingresso de várias siglas na disputa eleitoral, em variados níveis interinstitucionais de poder. É importante ressaltar que, fundado em 1988, o PSDB abrigou vários dissidentes do próprio PMDB, solidificando-se nacionalmente pouco após a sua fundação.

É justamente através da expressividade política que algumas siglas adquiriram neste período que, mais tarde, formou o que a literatura menciona como polarização entre PSDB e PT, em especial entorno do Executivo nacional (Maciel, 2014, Lameira & Peres, 2015). A diminuição da bancada peemedebista

<sup>2</sup> O número de cadeiras ocupadas no Poder Legislativo regional varia conforme o estado, proporcionalmente a sua população (Anastasia, Correa, Nunes, 2012). Neste caso, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – AL/RS é composta por 55 cadeiras parlamentares. Todavia, focamos apenas nas bancadas peemedebistas.

certamente possui relação com estes novos atores políticos que entram em cena. Entretanto, esta queda de representatividade no Legislativo gaúcho não pode ser explicada pela infidelidade partidária da elite peemedebista, tanto mais se considerarmos os partidos que compõe esta polarização em nível nacional, pois do total das 10 migrações ocorridas, apenas uma deputada migrou para o PSDB e ninguém para o PT.

Uma vez apresentado o panorama geral da bancada peemedebista ao longo do período analisado, passemos então para a análise das projeções. A primeira delas é referente à projeção estática. Organizamos o quadro com o número de deputados, sem colocar porcentagem porque, como são números estatisticamente de fácil assimilação, pensamos ser mais viável. Dividimos a projeção estática em duas formas: casos com êxito e sem êxito. Dessa forma, podemos avaliar quais as estimativas de sucesso para este modelo de projeção, de acordo com a legislatura.

Ademais, todos os outros casos como, por exemplo, projeção regressiva, progressiva e saída da vida pública e/ou aposentadoria encontram-se condensados na categoria “outros”. Sendo assim, o somatório por coluna fechará sempre no número real de deputados por bancada (leia-se 100%). Todos os casos em que houve migração partidária ou alguma observação que seja digna de nota, esta será devidamente ressaltada no próprio corpo do texto, conforme a ocorrência. Analisemos o quadro número 1, referente à projeção estática.

**Quadro 1:** Projeção estática, por número de deputados e legislatura.

	Legislatura								TOTAL
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	
<b>Reeleição com sucesso</b>	12	8	4	7	6	5	5	4	<b>51</b>
<b>Reeleição sem sucesso</b>	-	9	2	2	1	1	1	1	<b>17</b>
<b>Outros*</b>	9	10	6	1	3	3	3	3	<b>38</b>
<b>Total dos Deputados</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>106</b>

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da AL/RS e TRE-RS.

A projeção estática é, de fato, a ambição número um dos deputados peemedebistas na AL/RS. Este achado está em sintonia com os de Anastasia, Correa & Nunes (2012), pois, de acordo com sua pesquisa, a ambição estática é a opção mais frequente entre os legisladores analisados. Vale ressaltar que os dados apontam para uma gritante possibilidade de sucesso quando se trata desta projeção. Do total de 68 deputados que apostaram na reeleição ao longo do período analisado, 51 obtiveram sucesso e apenas 17 não lograram êxito. Certamente, o *electoral accountability* é favorável à reeleição, fato que nos remete a considerar que os deputados peemedebistas são politicamente reconhecidos entre o eleitorado gaúcho.

Em termos de dinâmica entorno da reeleição, a legislatura de 1982 é ímpar, ainda mais se considerarmos o caráter inaugural da mesma, uma vez que 12 dos 21 deputados apostaram na projeção estática e lograram êxito. Esta é, também, a única legislatura em que todas as apostas estáticas obtiveram sucesso. Entretanto, esse quadro sofreu algumas alterações na legislatura de 1986, pois do total de 17 deputados que apostaram na reeleição, apenas 8 obtiveram êxito, ao contrário dos outros 9 parlamentares.

Nas legislaturas seguintes, a projeção estática manteve um razoável sucesso. A partir da legislatura de 1998, os casos de êxito tornaram-se comparativamente gritantes, em relação os que não conseguiram reelegerem-se. Mas o que isso nos indica? Que, como observado anteriormente, a bancada do PMDB sofreu uma queda aguda na legislatura de 1986 para a de 1990, entretanto manteve uma bancada relativamente estável após esta data. A questão é: como essa constância ocorreu? Por meio da projeção estática. Esta foi a principal estratégia da elite peemedebista para manter-se politicamente ativa no Legislativo regional.

Observa-se, também, que não houve uma renovação radical de parlamentares. A tendência da elite peemedebista é de alternar os candidatos à reeleição conforme os mais experientes se afastam do cargo, seja por meio da progressão, regressão ou aposentadoria<sup>3</sup>. Nesse sentido, o recrutamento dos candidatos pelo PMDB tende a considerar a bagagem política e a imagem pública do candidato – já conhecidas do cidadão. Possivelmente, este fato deve ecoar nas projeções progressivas, onde o capital político exigido para o sucesso destas apostas tende a ser maior.

Quanto à migração partidária, esta não atingiu níveis significativos, quando se trata de projeção estática. Averiguou-se um total de 4 migrações, dividindo-se na seguinte proporção: 1 migração para o PTB, na legislatura de 1986, a qual obteve êxito e, em 1998, outras três migrações, todas com destino no PPS. Destas, dois deputados se reelegeram e um não. Ao que tudo indica a migração partidária seguida de projeção estática, logrou um considerável êxito entre aqueles que apostaram nesta via, uma vez que dos 4 casos, 3 obtiveram sucesso. Entretanto, chamou a atenção os poucos casos de migração partidária. Mesmo se considerarmos todas as outras projeções, as migrações partidárias concentraram-se apenas nestas duas legislaturas, ou seja, em 1986 e 1998.

Se, para a projeção estática os números de deputados atestam uma quantidade significativa de adeptos a esta ambição, como os mesmos se organizam em relação à projeção regressiva? É importante ressaltarmos que, na elaboração desta opção, além de candidatos a prefeito, podem ser enquadrados outros, tais como candidatos a vice-prefeito ou vereadores. Todavia, como o mapeamento mostrou apenas candidatos a prefeituras municipais, optamos por apresentar, assim como no caso anterior, os casos divididos pelo seu êxito ou fracasso. Analisemos, então, o quadro 2.

**Quadro 2:** Projeção regressiva, por número de deputados e legislatura.

	Legislatura								TOTAL
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	
<b>Can. Prefeito com sucesso</b>	2	2	4	-	1	2	-	1	<b>12</b>
<b>Can. Prefeito sem sucesso</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0</b>
<b>Outros*</b>	19	25	8	10	9	7	9	7	<b>94</b>
<b>Total dos Deputados</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>106</b>

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da AL/RS e TRE-RS.

<sup>3</sup> Outra forma de alternância de elites nos quadros do partido ocorre, além dos casos de aposentadoria, com o falecimento dos parlamentares, pois um novo grupo de peemedebistas tende a suprir a lacuna em aberto. Entretanto, este caso foi estatisticamente insignificante, uma vez que ocorreram apenas dois falecimentos, sendo um na legislatura de 1982 e outro em 1986.

Os dados apresentados neste quadro são decisivos para a compreensão das atitudes da elite peemedebista da AL/RS, quando o quesito é projeção regressiva. Comparativamente aos casos de ambição estática, há uma queda significativa de apostas guiadas por este tipo de ambição. Como pode-se observar, todas as candidaturas voltadas para o Executivo local, obtiveram êxito. É interessante apontarmos que, de um total de 12 parlamentares que vincularam sua campanha com base na projeção regressiva, nenhum deles fracassou.

Este achado nos remete para uma confirmação de que há um considerável capital político que este candidato consegue mobilizar a seu favor. Os achados apontam para uma dinâmica em que o parlamentar, quando opta pela projeção regressiva, tende a possuir uma considerável chance de sucesso. Outro fator que contribui para esta dinâmica consiste no fato de que todas as eleições cujo parlamentar pode apostar na ambição regressiva, ocorrem exatamente entre as eleições para a legislatura no Poder Legislativo, do qual o parlamentar é originário. Isso favorece uma tendência de que, caso não consiga obter sucesso na projeção regressiva possa, pelo menos, terminar o seu mandato parlamentar e, ao final, apostar na reeleição ou, com menos probabilidades, em uma projeção progressiva.

Não obstante, fora as legislaturas de 1994 e 2006, todas as demais apresentam um ou mais candidatos cuja projeção é regressiva. Em termos de migração partidária, houve apenas um caso, na legislatura de 1986, cujo partido de destino foi o PTB. Comparado aos deputados que optam pela ambição estática, o número de parlamentares nessa categoria não é expressivo. Temos, pelo menos por enquanto, uma tendência da bancada peemedebista em manter ou, possivelmente, aumentar sua influência para o âmbito nacional. Visando averiguar essa possível estratégia, analisemos as projeções progressivas, presentes no quadro 3.

**Quadro 3:** Projeção progressiva, por número de deputados e legislatura.

	Legislatura								TOTAL
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	
<b>Can. Dep. Federal com sucesso</b>	3	2	1	-	1	-	1	2	<b>10</b>
<b>Can. Dep. Federal sem sucesso</b>	-	1	-	1	1	-	1	-	<b>4</b>
<b>Can. Senador com sucesso</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Can. Senador sem sucesso</b>	-	1	1	-	-	-	-	-	<b>2</b>
<b>Outros*</b>	17	23	10	9	8	9	7	6	<b>89</b>
<b>Total de Deputados</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>106</b>

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da AL/RS e TRE-RS.

Observado o número de deputados que optam pela projeção progressiva, podemos perceber que o quantitativo mantém-se bem inferior àqueles que optam pela projeção estática. Entretanto, se compararmos aos parlamentares que optam pela ambição regressiva, há um ligeiro aumento, pois do total de 12 deputados com ambição regressiva passamos para 17, cuja projeção é progressiva. Este fato comprova a hipótese anterior, de que os candidatos que pretendem outra projeção que não a estática, tendem a apostar



em cargos superiores. Certamente isso ocorre com base no capital político que os parlamentares acreditam possuir.

A aposta progressiva tem como principal destino a Câmara dos Deputados, com um total de 14 candidaturas. Destas, a ampla maioria obteve êxito, somando um total de 10 casos; apenas 4 parlamentares apresentaram candidaturas sem sucesso. Outro local de projeção é o Senado Federal, embora com uma quantidade bem inferior de candidaturas. Foram apenas 3 casos detectados, sendo que destes, apenas um logrou êxito, os demais não. Vale ressaltar que a aposta para o Senado Federal parece ter despertado maior interesse entre os parlamentares peemedebista apenas na abertura política e nos primeiros anos da redemocratização, uma vez que após a legislatura de 1990 não ocorreram outros casos de deputados estaduais pelo PMDB candidatando-se ao Senado Federal.

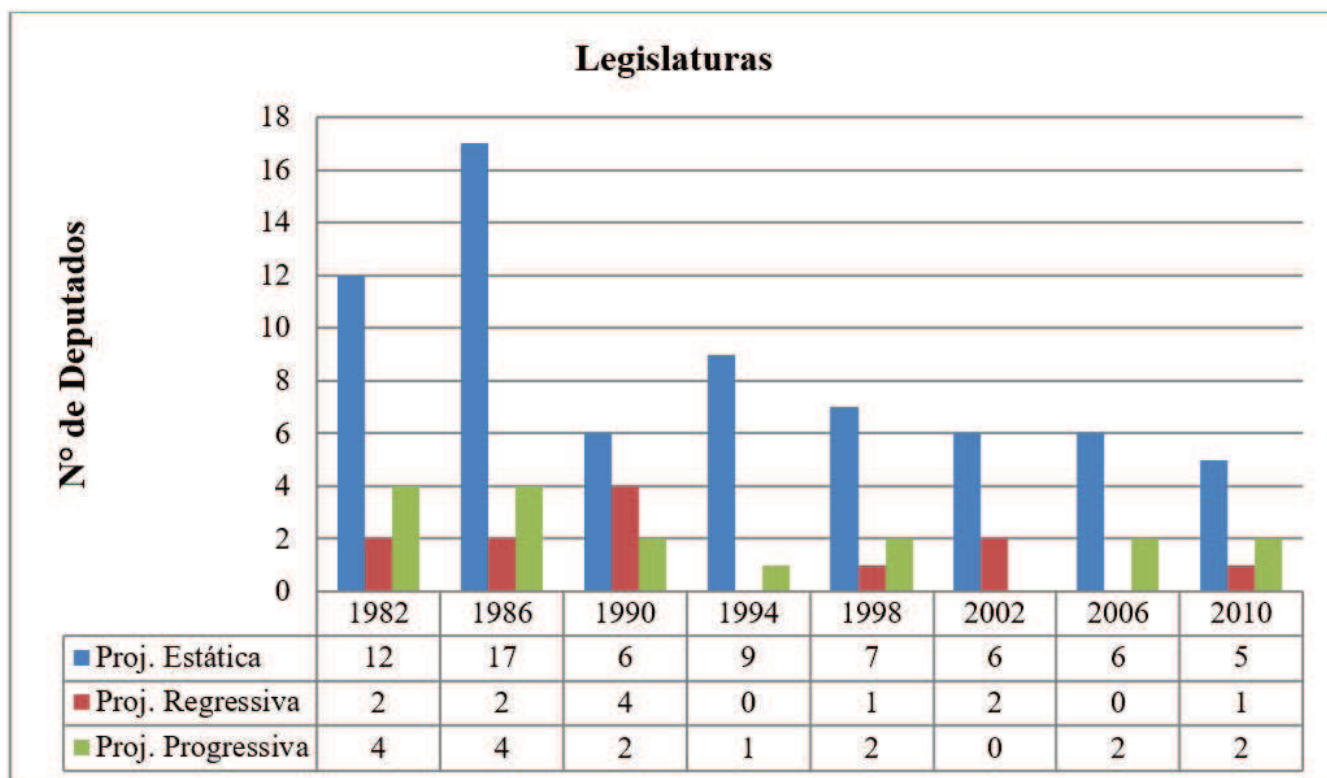
Dinâmica semelhante ocorre com aqueles deputados que apostaram na Câmara dos Deputados. As candidaturas para este destino político são concentradas (mas não tanto quando as do Senado Federal) entre a abertura política (legislaturas de 1982 e 1986) e, novamente, nas legislaturas de 1998, 2006 e 2010. É interessante apontarmos que não houve nenhum candidato na legislatura de 2002 e apenas uma candidatura em 1994. Ao que tudo indica a bancada peemedebista gaúcha na Câmara dos Deputados, no mesmo período em tela, deve possuir uma dinâmica semelhante ao caso regional. Pressupõe-se que a sua renovação e recrutamento político ocorra entre os próprios parlamentares já ocupantes destes cargos, como apontado por Norris (2013).

Em termos de migração partidária, pode-se afirmar que assim como nos casos anteriores, sua incidência não é estatisticamente significativa. Houve apenas 3 casos observados na projeção progressiva. Destes, 2 foram na legislatura de 1986, sendo uma com destino para o Senado Federal, pelo Partido Liberal - PL e sem sucesso, e a outra para a Câmara dos Deputados, pelo PDT, a qual obteve êxito. A terceira migração ocorreu na legislatura de 1998 e teve como sigla de destino o PPS, entretanto não logrou êxito na disputa de uma vaga para a Câmara dos Deputados. Observa-se que a migração partidária, quando ocorre em casos de projeção progressiva, tende a não ser lucrativa para aquele parlamentar infiel, uma vez que das três incidências, 2 não obtiveram sucesso.

Outro fato que, embora não apareça diretamente nos quadros, diz respeito ao recrutamento e projeção de alguns deputados estaduais para outras esferas. Por exemplo, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto e o atual governador José Ivo Sartori, foram eleitos deputados estaduais antes de assumir no Executivo estadual. Apesar de não conseguirmos mapear suas trajetórias políticas até assumirem estes cargos, o que demandaria uma análise não apenas entre legislaturas, mas sim da carreira individual, podemos afirmar, mesmo assim, que estes políticos de carreira possuem um capital político considerável, o que certamente foi levado em consideração no processo de recrutamento político.

Outro exemplo é o do atual senador Pedro Simon. Político de carreira que, inversamente aos casos anteriores, não elegeu-se diretamente em nenhuma das legislaturas analisadas. O seu recrutamento pode ter ocorrido, provavelmente, em outras esferas como, por exemplo, na Câmara dos Deputados. Não obstante, para fins de apresentação de um panorama geral e comparativo de todas as projeções ao longo das legislaturas em tela, elaboramos o gráfico número 1, como podemos observar abaixo. Somamos para cada projeção, representadas em colunas, o total de casos com e sem sucesso. Pode ocorrer do somatório das projeções não estar de acordo com o total de deputados por legislatura, uma vez que retiramos os casos de saída da vida pública e/ou aposentaria, por não considerarmos estatisticamente significativos.



**Gráfico 1** – Número total de deputados, de acordo com a projeção e por legislatura.

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da AL/RS e TRE-RS.

Organizadas as projeções estáticas, regressivas e progressivas em colunas e por legislaturas, podemos perceber a organização e a distribuição dos deputados peemedebistas na AL/RS ao longo de 1982 a 2010. A ambição estática consta disparadamente como a principal projeção política dos parlamentares analisados. O auge de apostas na reeleição ocorreu na legislatura de 1986, com 17 casos, seguidos, por ordem de incidência, pela legislatura de 1982 e 1994. Os índices de reeleição tendem a diminuir nas legislaturas mais recentes, entretanto, mantém-se igualmente com destaque, enquanto principal projeção política.

Os casos que compõem o segundo maior índice de adesão dos peemedebistas refere-se à projeção progressiva, com especial destaque para a Câmara dos Deputados. As legislaturas de 1982 e 1986 são responsáveis pelo maior número de deputados nesta categoria, com 4 casos em cada legislatura. Entretanto, a projeção progressiva adquire uma constância considerável após a legislatura de 1986, com cerca de um a dois candidatos cada, com exceção da legislatura de 2002, na qual não houve nenhuma aposta com viés progressivo.

Todavia, quando analisamos a projeção regressiva comparativamente com as demais, observamos que a sua incidência é menor na maioria das legislaturas analisadas. O auge desta opção pelos parlamentares ocorreu, como pode ser percebido, na legislatura de 1990, com um total de 4 casos. Se desconsiderarmos as legislaturas de 1994 e 2006, pode-se averiguar uma tendência de constância nesta projeção, com apostas por legislatura cujo número de parlamentares é semelhante à projeção progressiva, ou seja, com um total de um a dois casos por legislatura.

Por fim, nos referindo aos casos de aposentadoria e/ou saída da vida pública, constatou-se que estes não são estatisticamente significativos, por isso optamos por mencioná-los diretamente no corpo do texto. Quando analisada a incidência nesta categoria, observa-se um total de 6 casos. Destes, 2 tratam-se de falecimentos e outros 4 de deputados que assumiram no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do

Sul. Uma projeção como esta última justifica a nossa aprimoração na categoria “saída da vida pública” de Anastasia, Correa & Nunes (2012), na qual somou-se ao “e/ou aposentadoria”, uma vez que, como pode-se perceber, estes deputados se aposentaram da vida político-partidária, mas nem por isso saíram da vida pública (assumiram no TCE-RS). Os casos presentes nesta categoria não estão concentrados em apenas uma legislatura, mas sim distribuídos ao longo do período analisado, o que consideramos como plenamente normal.

### Considerações Finais

Podemos concluir que os achados desta pesquisa estão em sintonia com os de Anastasia, Correa & Nunes (2012), no sentido de que a principal ambição dos parlamentares analisados consiste na projeção estática, ou seja, a reeleição. Considerando o sucesso dos parlamentares peemedebistas nesta projeção, podemos supor que o recrutamento dos deputados tende a considerar a bagagem política destes, de forma a manter e/ou aumentar a bancada do PMDB na AL/RS. Ao que tudo indica, o recrutamento ocorre entre os próprios parlamentares, como apontado por Norris (2013).

Quanto à circulação dos deputados peemedebistas na AL/RS, percebeu-se que esta ocorre de forma saudável ao partido, no sentido de que aqueles parlamentares cuja projeção é regressiva, progressiva ou retiraram-se da vida pública e/ou aposentaram-se, foram substituídos por outros peemedebistas sem causar choques internos à sigla. Isto atesta, além da institucionalização do partido, para uma dinâmica em que o eleitorado do PMDB gaúcho tende a refletir positivamente os índices de responsabilização política. Não obstante, quando analisamos os casos de projeção regressiva, temos um achado interessante. Todos os casos de ambição regressiva obtiveram êxito, o que nos remete a crer que tais candidatos conseguem mobilizar um capital político significativo que lhes garante, por sua vez, o seu êxito nesta projeção.

Ainda sobre esta categoria, podemos observar que a tendência do PMDB em possuir bases localistas mantém-se presente, mesmo quando analisado os parlamentares da AL/RS. É importante ressaltarmos que em todos os municípios que estes deputados assumiram o Poder Executivo, são compostos de colégios eleitorais significativos, sendo a maioria dos casos localizados entorno da capital, ou seja, na região metropolitana de Porto Alegre. Foram poucos os casos de parlamentares peemedebistas que assumiram no Executivo de municípios do interior do Rio Grande do Sul e, mesmo nestes casos, tratam-se dos maiores municípios de suas sub-regiões.

Entretanto, os casos de projeção regressiva contém menos adesão de parlamentares do que aqueles que optam pela projeção progressiva. Destes, o principal destino consiste na Câmara dos Deputados. Assim como nos demais casos, o êxito dos parlamentares nesta projeção foi visivelmente superior em relação aos fracassos. Este fato nos remete a conclusão de que, quando um deputado é eleito para a AL/RS, seguido de uma ou mais reeleição, este adquire um capital político que, uma vez mobilizado, é decisivo para o seu sucesso em pleitos de ambição progressiva. Ademais, a dinâmica de recrutamento da bancada peemedebista aponta no sentido de que, após sucessivas reeleições, há uma tendência (e com sucesso) mais para a aposta na projeção progressiva do que regressiva.

Quanto à migração partidária, podemos averiguar uma tendência contrária aos apontamentos da literatura sobre o PMDB, uma vez que do total de 106 deputados mapeados, averiguou-se apenas 10 migrações. Nesse sentido, o caráter centrista, a “falta de um programa político-partidário” (Maciel, 2014) e a heterogeneidade de elites, o que pode ser interpretado como um cenário favorável às migrações torna-se, pelo menos para os parlamentares peemedebistas na AL/RS, uma tendência falseável. Ademais, o sucesso das apostas, independente da projeção, atesta que a fidelidade partidária tende a ser mais vantajosa para os

parlamentares, com reflexos positivos de *electoral accountability* no êxito das candidaturas.

Não obstante, se compararmos estes achados com a ambição estática, observamos uma tendência contraditória. Dos casos de migração seguidos de candidaturas à reeleição, a maioria obteve sucesso; entretanto, quando a aposta é progressiva, a migração representa não ser uma alternativa racionalmente viável. Além da exigência de índices superiores de capital político para a investidura em uma candidatura cuja ambição é progressiva, o *electoral accountability* do candidato tende a ser severo e a não acompanhar sua migração, aumentando a relação de custos *versus* benefícios de uma migração seguida de projeção progressiva.

Com base nestes achados, podemos supor que a dinâmica e o recrutamento dos parlamentares peemedebistas na AL/RS podem ser interpretados como um forte indício institucionalização partidária, cujos membros conseguem formar uma reserva considerável de capital político, frente ao *electoral accountability* dos eleitores gaúchos. Além dos poucos casos de migração partidária, a saída da vida pública e/ou aposentadoria também não possui índices significativos de adesão, o que remonta para uma elite peemedebista politicamente ativa no Legislativo regional gaúcho. Como observado, a pesquisa em entes subnacionais é promissora em desvendar algumas dinâmicas político-partidárias inobserváveis, quando os partidos e suas dinâmicas são analisados no plano nacional.

## Referências

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: Meneguello, Rachel. (org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição** e opinião pública. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

AL/RS - **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2016.

BIZZARRO NETO, Fernando A. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRASIL. **Ato Institucional número 2**. 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em: 28 abr. 2016.

CAMBRAIA, Márcio F. N. **Os jogos do Poder: como entender e analisar a realidade política de um mundo em transformação**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Novos espaços da democracia no Brasil: a participação popular na definição do orçamento público. In: González, Rodrigo Stumpf. (Org.) **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

KINZO, Maria D'Alva G. **Oposição e autoritarismo: gêneses e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**. 15(4) 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **RBCS**. Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n54/a02v1954.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

LAMEIRA, Rafael F; PERES, Paulo. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. **I Seminário Internacional de Ciência Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MACIEL, Natalia. O PMDB e a democracia brasileira: ator principal ou coadjuvante? **IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 4 a 9 de agosto, Brasília: 2014. Disponível em: [http://www.encontroabcp2014.cien-ciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403112240\\_ARQUIVO\\_NataliaMaciel\\_ABCP.pdf](http://www.encontroabcp2014.cien-ciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403112240_ARQUIVO_NataliaMaciel_ABCP.pdf). Acesso em: 30 mar. 2016.

MADEIRA, Rafael M. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MELO, Paulo Victor Teixeira P. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de *catch all* a cartel.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública.** Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política.** V. 21, n° 46: 11-32 Jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000200002&script=sci_arttext) Acesso em: 23 dez. 2015.

PMDB – **Partido do Movimento Democrático Brasileiro.** Disponível em: <http://pmdb.org.br/>. Acesso em: 12 out. 2016.

PMDB-RS – **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://pmdb-rs.org.br/>. Acesso em: 12 out. 2016.

PASQUARELLI, Bruno; BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010). **8º Encontro da ABCP**, 01 a 04/08/2012, Gramado, RS. AT03 – Eleições e Representação Política. Disponível em: [http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/23\\_7\\_2012\\_10\\_51\\_44.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/23_7_2012_10_51_44.pdf). Acesso em: 30 mar. 2016.

REBELLO, Maurício M. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 23, n. 54, p. 69-90, jun. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782015000200069&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782015000200069&script=sci_arttext). Acesso em: 23 dez. 2015.

RIBEIRO, Pedro F. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 22, n. 52, p. 121-158, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782014000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782014000400008&script=sci_arttext). Acesso em: 23 dez. 2015.

SANTOS, André Marenco dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 16 n° 45 fevereiro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4331.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.

TER-RS – **Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/>. Acesso em: 31 out. 2016.

TSE – **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 31 out. 2016.